

Intervenção do deputado Borges do Canto na Assembleia Nacional Portuguesa (Lisboa, 4 Março 1952)

Source: Diário das Sessões. 04.03.1952, n° 131 (V Legislatura). Lisboa: Assembleia Nacional. www.parlamento.pt.

Copyright: All rights of reproduction, public communication, adaptation, distribution or dissemination via Internet, internal network or any other means are strictly reserved in all countries.

The documents available on this Web site are the exclusive property of their authors or right holders.

Requests for authorisation are to be addressed to the authors or right holders concerned.

Further information may be obtained by referring to the legal notice and the terms and conditions of use regarding this site.

URL:

http://www.cvce.eu/obj/intervencao_do_deputado_borges_do_canto_na_assembleia_nacional_portuguesa_lisboa_4_marco_1952-pt-508a6d27-4c3e-4e05-96da-4906d7c31b49.html

Publication date: 07/09/2012

Intervenção do deputado Borges do Canto na Assembleia Nacional Portuguesa (Lisboa, 4 Março 1952)

O Sr. **Borges do Canto**: — Sr. Presidente: durante o interregno da presente sessão legislativa, que acaba de findar, assistimos ao desenrolar de acontecimentos que bem podemos classificar de extraordinários e admiráveis uns, de bem tristes e confrangedores os outros.

Quanto aos primeiros, quero referir-me ao que se passou nesta capital por motivo da reunião do Conselho do Pacto do Atlântico Norte, e que bem se pode juntar ao já sem número de factos a que vimos assistindo com intimo contentamento e profunda admiração, os quais têm mostrado, sem sombra de possível contestação, desde há muito, que coisas novas se estão passando em Portugal. Não sei se ainda há cegos que não queiram ver, mas estou intimamente convencido de que os factos patenteados pela exemplar organização da reunião a que me referi foram bem testemunhados por muitos dos delegados das catorze nações que até nós vieram e que, em certa parte, se mostraram surpreendidos com o que presenciaram e puderam auscultar do nosso valor e das nossas possibilidades, do arranjo da nossa casa, da nossa cortesia e hospitalidade, e até — seja-me permitida a referência — da sumptuosidade das recepções que se lhes ofereceram, mostrando incontestáveis tradições de elegância, de bom gosto e — porque não dizer? — de fidalguia destas terras de Portugal.

Vozes: — Muito bem!

O Orador: — Até o Sol — embora não seja novo, porque é sempre o mesmo que ilumina este extremo ocidental da Europa — pareceu reservar para aqueles dias as suas melhores magnificências, em época tão pouco propícia para a manifestação dos seus esplendores.

Bem se pode dizer que estamos de parabéns todos nós Portugueses e que grande contentamento nos devem causar as impressões que essa reunião de Lisboa produziu nos países ligados ao aludido Pacto e de que a imprensa continua a fazer-se eco, parecendo-me bem azada ocasião esta de mais uma vez agradecer ao grande obreiro da nossa renovação, das nossas possibilidades de desempenharmos e cumprirmos a função de nação atlântica, porque não bastava a posição geográfica e estratégica de Portugal, com as suas preciosas posições no Atlântico, se não estivéssemos em condições — nós, Nação — de enfileirmos, com independência e autoridade, entre as catorze do Pacto, fazendo ouvir com admiração e acatamento a nossa voz; se não pudéssemos, nesta viragem da História, fazer valer e mostrar como indispensável, dentro da nossa própria e perfeita dignidade, o bloco peninsular.

Vozes: — Muito bem!

O Orador: — Parece-me que nos podemos gloriar de termos provocado esta frase interessante de um dos mais proeminentes delegados: “a reunião de Lisboa passará à História”. Sim, temos direito a essa glória, porque a consagração não se deverá só às resoluções tomadas, mas ao ambiente que as permitiu. Esse é nosso, e glória nossa são também as possibilidades que o criaram.

Mas, Sr. Presidente, temos, em oposição a este quadro de legítimo contentamento e orgulho para nós, outro de lástima e tristeza, também simultâneo com o interregno e de íntima afinidade com aquele.

Afinidade porquê? Porque são as tais preciosas posições de que Portugal desfruta e o tornam indispensável na defesa do Atlântico que se vêem forçadas a expor aqui, após tantos motivos de alegria para a Nação, as queixas da sua angústia.

Sr. Presidente: as ilhas dos Açores acabam de ser açoitadas por um violento temporal, que, segundo as notícias para os jornais da capital, lhes causou estragos por enquanto imprecisamente calculados, mas que devem ser de grande monta.

Pobres ilhas, que, uma vez por efeito de fenómenos meteóricos, outra vez por causa dos sismos, vão sofrendo seus estragos mais ou menos consideráveis, tendo sempre os seus habitantes de lamentar perdas em

suas fazendas e muitas vezes os mais desastrosos efeitos morais peculiares dessas convulsões!

Pobres ilhas e pobres habitantes, que tantas vezes são caluniados pela brandura do seu clima e dos seus costumes, mas que lá vão mourejando e sofrendo, criando, desde há cinco séculos, essa boa parcela de que a Pátria se ufana em sua história, esse magnífico ponto de apoio que tanto a valoriza no presente!

Vozes: — Muito bem!

[...]